

### RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2012

Srs. Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Central Geradora Termelétrica de Fortaleza S.A. - CGTF (Endesa Fortaleza) submeteu a apreciação dos senhores o Relatório de Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Endesa Fortaleza é uma companhia do Grupo Enel.

A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo.

O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de residentes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores.

1) **Perfil:**  
Localizada no Nordeste brasileiro, a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza S.A. - CGTF (Endesa Fortaleza) produz energia via ciclo combinado de gás natural e vapor.

Uma usina implantada a partir do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) do governo federal foi concluída em 2003, com sede na cidade de Caucaia, Estado do Ceará, a usina forma parte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a 50 quilômetros de Fortaleza.

Em 2012, a CGTF empregou 187 pessoas, sendo 68 colaboradores próprios, 106 de empresas parceiras e 13 estagiários e menores aprendizes.

Com 326,6 MW de potência instalada e 318,5 MW de potência líquida, a usina tem a produção comercializada com um único cliente, a distribuidora Energética do Ceará (CECEL), que abrange todo o Estado do Ceará. O contrato entre CeCEL e CGTF, celebrado em 31 de agosto de 2001, estipula a entrega anual de 2.690 GWh/ano (equivalente à 307 MW médios) e tem vigência até 2021. A CGTF conta ainda com uma linha de transmissão de 1,2 Km em alta-tensão (230kV).

2) **Principais Indicadores:**

Principais indicadores	2012	2011	Var.
Potência instalada (MW)	326,6	326,6	0%
Potência Líquida (MW)	318,5	318,5	0%
Venda de energia elétrica (GWh/ano)	2.956	2.842	4%
Ativo total (R\$ mil)	870.394	884.295	-2%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	608.193	606.026	0%
Valor patrimonial por ação (R\$)	4,00	3,99	0%
Lucro Líquido do exercício (R\$ mil)	144.736	139.644	4%
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,95	0,92	4%
Número de colaboradores próprios	68	72	-6%
Número de colaboradores parceiros	106	90	18%

3) **Desempenho Operacional:**  
Em 2012, a CGTF apresentou um índice de disponibilidade acumulado de 98,93% (86,38% em 2011). Foram registradas paradas planejadas para inspeções de manutenção de unidades geradoras de gás e vapor durante 1 mês de novembro. A operação da usina resultou em um fator de carga de 52,8% (38,10% em 2011).

No ano de 2012 foi realizada inspeção A3 na turbina a vapor da usina, na qual não foram identificadas avarias. Durante esta inspeção foram realizadas 41 atividades paralelas, mobilizando cerca de 72 colaboradores (próprios e parceiros).

4) **Investimentos:**  
Os investimentos em 2012 somaram R\$ 18,3 milhões, contra R\$ 26,1 milhões no ano anterior. Do total investido, 87% foi destinado ao plano de manutenção de longo prazo das unidades geradoras.

5) **Desempenho Econômico:**

Valores em R\$ mil	2012	2011	Var. (1%)
Receita operacional bruta	731.854	607.909	20%
Deduções da receita bruta	-207.298	-185.735	12%
Receita operacional líquida	524.556	422.174	24%
Custos do serviço e despesas operacionais	-356.396	-251.874	41%
EBITDA(2)	194.363	198.404	-2%
Margem EBITDA	37%	47%	-10 p.p.
EBIT(3)	168.160	170.300	-1%
Margem EBIT	32%	40%	-8 p.p.
Resultado financeiro	4.142	-4.375	-195%
Imposto de renda e contribuição social	-247.566	-29.281	5%
Lucro líquido	144.736	139.644	4%
Margem líquida	28%	33%	-5 p.p.
Lucro por ação (R\$/ação)	0,95	0,92	4%

(1) Variação entre 2012 e 2011  
(2) EBITDA - Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização  
(3) EBIT - Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional bruta de 2012 foi superior a apresentada no ano de 2011 em 20%, decorrente basicamente do reajuste contratual de preço e de outras receitas de operações no mercado spot.

Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram aumento de

41% decorrente de reajustes contratuais dos serviços contratados e maiores custos de compra de energia e combustível.

Essas variações resultaram em um EBITDA de R\$ 194 milhões, 2% inferior ao apresentado em 2011 (R\$ 198 milhões). A margem EBITDA ficou em 37%, 10 pontos percentuais abaixo do verificado no ano anterior.

O lucro líquido encorreu o exercício em R\$ 145 milhões, 4% superior ao de 2011 (R\$ 140 milhões). A margem líquida encorreu 2012 em 28%, apresentando uma redução de 5 pontos percentuais frente a 2011.

6) **Responsabilidade Socioambiental:**  
Como parte de seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua, a Endesa Fortaleza desenvolve projetos que promovem a valorização da cultura e o fomento à educação em suas diversas formas. A usina já está integrada à comunidade e mantém projetos socioambientais relacionados à proteção do entorno, estabelecendo parcerias locais e regionais para a execução das iniciativas.

Pesquisas de opinião são os principais instrumentos para aferir os efeitos das ações desenvolvidas nas comunidades. Há contato sistemático com líderes locais para levantamento de informações e avaliação dos projetos, que também são verificados por indicadores sociais.

Em 2012, as ações da Endesa Fortaleza representaram um investimento de cerca de R\$ 735,8 mil que beneficiaram cerca de 53.147 pessoas. Entre as diversas iniciativas, destacam-se:

- III Feira do Livro Infantil de Fortaleza: Feira literária com programação cultural voltada para a promoção da leitura infantil e juvenil.
- Projeto BCAD: Apoio a realização da turnê nacional e Internacional dos espetáculos 'Califon, Universo Feminino' e 'As muitas Candelárias do Brasil'. O projeto visa promover o desenvolvimento humano de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade através da arte.
- Banda de Caucaia 2012: Apoio a banda que desenvolve habilidades intelectuais e instrumentais em jovens e crianças com idade a partir de oito anos através de práticas musicais.
- Projeto Teatro de Brinquedo: Integrante do Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura, o projeto visa contribuir no processo de alfabetização e letramento de crianças de escolas públicas, utilizando o texto teatral como ferramenta.
- EPADA - Educação Para as Artes Animadas: Este projeto visa ensinar a arte do desenho animado como instrumento de transformação, dando oportunidades para o desenvolvimento de talentos de jovens e a capacitação para o mercado de trabalho do audiovisual.

A empresa é certificada nas questões relativas à saúde e segurança (OHSAS 18001) e meio ambiente (ISO 14001), as quais são integradas e possuem sistemas próprios de gestão.

7) **Reconhecimento e Premiações:**

- **Guia Você S/A-Exame** - Endesa Geração ingressou na lista das "150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil", segundo o Guia Você S/A-Exame, considerado referência nacional em clima organizacional e gestão de pessoas.
- **Great Place to Work (GTPW)** - Endesa Geração ficou entre as "30 Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro" e entre as "100 melhores para Trabalhar no Brasil", em 2012.

8) **Composição Acionária:**

Composição Acionária - Exercícios Anteriores	2012	%	2011	%
Endesa Brasil	151.935.779	100%	151.935.779	100%
Outros	3	0%	3	0%
<b>Total</b>	<b>151.935.782</b>	<b>100%</b>	<b>151.935.782</b>	<b>100%</b>

9) **Audítores Independentes:**  
A Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais para um período de 5 (cinco) anos. A Ernst & Young Terco não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria externa independente.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

10) **Agradecimentos:**  
A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2012 tornaram-se efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011 (31 DE DEZEMBRO DE 2010) (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
<b>Circulante</b>			<b>Reapresentado</b>	<b>Reapresentado</b>
Caixa e equivalente de caixa	4	62.335	78.997	43.235
Títulos e valores mobiliários	5	70.316	76.410	28.105
Consumidores, concessionários e permissionários	6	29.862	27.967	24.497
Partes relacionadas	15	73.705	69.428	101.644
Tributos a compensar	7	17.097	18.470	15.743
Outros créditos		15.447	11.693	14.128
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>268.762</b>	<b>282.965</b>	<b>227.352</b>
<b>Não circulante</b>				
Contas a receber - parte relacionada	15	-	-	2.710
Tributos a compensar	7	12.397	12.397	12.397
Cauções e depósitos	8	24.521	22.151	19.375
Depósitos vinculados a litígios	9	8.509	75.101	70.912
Tributos diferidos	10	78.041	5.538	8.930
Imobilizado	11	477.332	485.426	487.247
Intangível		832	717	1.111
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>601.632</b>	<b>601.330</b>	<b>602.682</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>870.394</b>	<b>884.295</b>	<b>830.034</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
<b>Receita líquida</b>	19	524.556	422.174	
Custo do serviço	20	(341.595)	(247.370)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>182.961</b>	<b>174.804</b>	
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>				
Despesas com vendas	20	(5.924)	2.298	
Despesas gerais e administrativas	20	(8.879)	(6.902)	
Reversão (provisão) para riscos fiscais e trabalhistas	20	2	100	
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>	20	<b>(14.801)</b>	<b>(4.504)</b>	
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>		<b>168.160</b>	<b>170.300</b>	
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	21	39.014	37.106	
Despesas financeiras	21	(35.104)	(34.236)	
Variações cambiais, líquidas	21	232	(7.245)	
<b>Total</b>		<b>4.142</b>	<b>(4.375)</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>172.302</b>	<b>165.925</b>	
<b>Lucro antes da contribuição social e imposto de renda</b>		<b>144.736</b>	<b>139.644</b>	
Compostos de				
Imposto de renda e contribuição social	22	(30.745)	(32.190)	
Diferidos	22	2.376	2.776	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>144.736</b>	<b>139.644</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
			Legal	Incentivo fiscal	Especial de lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2011	151.936	141.659	20.593	99.183	96.144	-	47.310	556.825	
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(47.310)	(47.310)	
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(39.540)	-	-	(39.540)	
Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	18	-	-	-	-	(1.436)	-	(1.436)	
Transferência para lucros acumulados	18	-	-	-	1.436	-	(1.436)	-	
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	-	139.644	139.644	
Destinações:									
Incentivo fiscal - lucro da exploração	22	-	-	30.364	-	(30.364)	-	-	
Reserva especial de lucros	18	-	-	-	21.568	-	-	(21.568)	
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	-	(2.157)	
Dividendos adicionais	18	-	-	-	-	-	(84.119)	84.119	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	151.936	141.659	20.593	129.547	79.608	(1.436)	84.119	606.026	
Aprovação de dividendos propostos	18	-	-	-	-	-	(84.119)	(84.119)	
Dividendos intermediários	18	-	-	-	(56.604)	-	-	(56.604)	
Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	18	-	-	-	-	-	418	418	
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	-	144.736	144.736	
Destinações:									
Incentivo fiscal - lucro da exploração	22	-	-	31.511	-	(31.511)	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	(2.264)	(2.264)	
Dividendos adicionais	18	-	-	-	-	-	(88.316)	88.316	
Reserva especial de lucros	18	-	-	-	22.645	-	(22.645)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	151.936	141.659	20.593	161.058	45.649	(1.018)	88.316	608.193	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício		144.736	139.644
Outros resultados abrangentes			
Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	15	418	(1.436)
Resultado abrangente do exercício		145.154	138.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011 (31 DE DEZEMBRO DE 2010) (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. **Informações gerais:** A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. ("Companhia" ou "CGTF"), sociedade de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km. 01, s/n, Complexo Industrial e Portuário do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica através da Resolução ANEEL nº 433, de 19/10/2001, com o propósito de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, conforme Despacho ANEEL 73/2002. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003. Conforme definido no seu estatuto social, a Companhia tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades. A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a Companhia contratado em 31 de agosto de 2001 a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a Companhia Energética do Ceará - CECEL, que é parte relacionada da Companhia, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado. Em 31 de dezembro de 2002, foi firmado entre a Companhia e a Companhia de Gás do Ceará ("CEGAS"), com intervenção da Petrobras, o contrato de compra e venda de gás natural pelo prazo de 20 anos contados a partir do início do suprimento de gás em janeiro de 2004. O referido contrato assegura que a totalidade do gás consumido pela usina deverá ser comprado junto a CEGAS da mesma forma, estipula que em caso de falha no fornecimento a mesma será obrigada a reembolsar os custos incorridos pela Companhia, para honrar seu contrato de venda. Conforme descrito na Nota 2.1, a Companhia efetuou correções de determinadas classificações em seu balanço patrimonial, as quais impactaram a demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações em relação às demonstrações financeiras anteriormente emitidas não causaram alterações no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011, nem no resultado líquido do exercício de 2011. A autorização para essas alterações ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013. 2. **Principais políticas contábeis.** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação do ativo intangível e a taxa de juros efetiva, que descrevem o impacto de pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros inclui na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. 2.2. **Informações por segmento:** O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("chief operating decision maker"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - geração de energia - não sendo aplicável a divulgação de informações por segmento. 2.4. **Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo (R\$000), exceto quando indicado de outra forma. Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os enquadramentos dos exercícios são com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir o risco de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis, sem demora significativa; • Um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia mantém. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima

contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor. 2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários. 2.6.1.2. Contas a receber: As contas a receber referem-se aos créditos de fornecimento de energia à parte relacionada CECEL e a energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência. 2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na reconstrução das contas a receber. 2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) e que tenham impacto na classificação de fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. 2.6.3. Passivos financeiros. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, e outras contas a pagar, incluindo o custo de aquisição de um novo instrumento financeiro. Os passivos financeiros a valor justo que podem ser da seguinte forma: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. **Mantidos para negociação:** Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou extirpada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença entre os valores reconhecidos na demonstração do resultado. 2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros pode incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação. 2.7. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de swap cambial, visando exclusivamente proteção contra o risco da variação das taxas de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos indexados ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo, sendo ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente. A Nota 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos derivativos contratados pela Companhia. 2.8. Imobilizado: Está composto pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, menos provisões para perda por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis são reconhecidos ao valor justo, sendo ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativa. Essas mudanças são reconhecidas na demonstração do resultado, líquidas de qualquer provisão para perda por redução ao valor recuperável. 2.9. Intangível: Ativos

• CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45"): O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa. • CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36"): A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - International Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46"): O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo. 2.21. Representação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011: Durante o quarto trimestre do exercício de 2012, a Companhia identificou erros na classificação de certos instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários, para os quais o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa foram corrigidos. A Administração da Companhia concluiu, baseada em uma reavaliação do assunto, que certos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011 e que havia sido reportado anteriormente, deveriam ser registrados como títulos e valores mobiliários, e que certos títulos e valores mobiliários deveriam ser registrados como caixa e equivalentes de caixa, para estarem em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Esses valores foram determinados para 31 de dezembro de 2011 e a partir de 1º de janeiro de 2011 (equivalente aos saldos de 31 de dezembro de 2010), de forma a demonstrar o ajuste do erro no início do mais antigo período comparativo apresentado. Como demonstrado na tabela abaixo, esses ajustes resultaram em uma diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa e em um aumento no saldo dos títulos e valores mobiliários no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011.

	31 de dezembro de 2011			1º de janeiro de 2011		
	Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado
	Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	100.755	(21.758)	78.997	17.180	26.055	43.235
Títulos e valores mobiliários	54.652	21.758	76.410	54.160	(26.055)	28.105

**Demonstração dos fluxos de caixa**

	31 de dezembro de 2011		
	Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado
	Caixa líquida aplicado nas atividades de investimento	(27.511)	(47.813)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.180	26.055	43.235
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	100.755	(21.758)	78.997

As Notas 4 e 5 estão sendo reapresentadas com o objetivo de demonstrar os ajustes modificados em as respectivas divulgações ajustadas após a correção do erro mencionado anteriormente. As referidas reclassificações não produziram impacto nos demais saldos do ativo (circulante e não circulante), passivo (circulante e não circulante), patrimônio líquido (incluindo as suas mutações), demonstrações do resultado e do resultado abrangente. 3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para desmontar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança de créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributários futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições me que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de

**10. Tributos diferidos:**

	Imposto de renda			Contribuição social			Total		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	418	384	293	151	138	105	569	522	398
Provisão serviços de terceiros	450	90	933	162	32	307	612	122	1.240
Variações cambiais não realizadas	739	(1.328)	-	266	(478)	-	1.005	(1.806)	-
Operação swap	3.975	4.099	5.362	1.431	1.476	1.930	5.406	5.575	7.292
Total	682	827	2.227	227	298	909	909	1.125	2.997
Imposto diferido ativo swap	6.264	4.072	6.588	2.237	1.466	2.342	8.501	5.538	8.930

	Imposto de renda			Contribuição social			Total		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Variações cambiais não realizadas	(280)	(280)	(7.573)	(105)	(105)	(2.853)	(385)	(385)	(10.426)
Imposto diferido passivo swap	(280)	(280)	(7.573)	(105)	(105)	(2.853)	(385)	(385)	(10.426)

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo diferido		Passivo diferido	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro de 2011	8.930	10.426	-	-
Adições ao resultado do exercício	(4.132)	(10.041)	-	-
Adições (reduções) de outros resultados abrangentes	740	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.538	385	-	-
Adições ao resultado do exercício	3.179	-	-	-
Adições (reduções) de outros resultados abrangentes	(216)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	8.501	385	-	-

**11. Imobilizado**

	Vida útil média em anos		Custo histórico		Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	01/01/2011	31/12/2012	01/01/2011	31/12/2012	01/01/2011
Em serviço								
Gerção								
Terenos		1.055	1.055	1.055	-	-	1.055	1.055
Edificações	34	7.083	6.793	6.793	(1.925)	(1.709)	5.158	5.355
Máquinas e equipamentos	26	647.872	647.361	629.206	(224.529)	(199.519)	423.343	447.842
Veículos	7	613	650	650	(530)	(640)	83	10
Móveis e utensílios	16	11.229	11.196	11.196	(9.386)	(6.865)	1.843	2.511
Total		667.852	667.055	648.900	(236.370)	(210.553)	431.482	456.135
Administração								
Edificações	25	14	14	14	(3)	(3)	11	12
Máquinas e equipamentos	8	71	71	63	(44)	(33)	27	38
Veículos	7	265	265	264	(130)	(92)	135	173
Móveis e utensílios	16	55	56	56	(28)	(20)	27	30
Total		405	406	397	(205)	(154)	200	252
Total		668.257	667.461	649.297	(236.575)	(210.707)	431.682	456.754
Curso:								
Gerção								
Edificações		417	232	150	-	-	417	232
Máquinas e equipamentos		44.322	27.312	19.300	-	-	44.322	27.312
Estudo com projetos		223	342	528	-	-	223	342
Administração		688	784	825	-	-	688	784
Total		45.650	28.672	20.803	-	-	45.650	28.672
Total		713.907	696.133	670.100	(236.575)	(210.707)	477.332	485.426

O prazo de autorização da Companhia para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2007, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização.

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011 está demonstrada como segue:

	Em serviço		Em curso		Total
	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2011	649.297	(182.853)	466.444	20.803	487.247
Adições	18.163	(27.854)	47.009	26.033	(1.821)
Transferências	667.480	(210.707)	456.773	28.816	485.426
Adições -	(25.992)	(25.992)	17.901	-	(8.091)
Baixas	(127)	124	(3)	-	(3)
Transferências	924	-	924	(924)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	668.257	(236.575)	431.682	45.650	477.332
Total do imobilizado	668.257	(236.575)	431.682	45.650	477.332

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. **Taxas anuais de depreciação:** A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura da Companhia. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar em torno de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 2 anos em relação à vida útil econômica média anterior. As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 474, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)	
	31/12/2012	31/12/2011
Gerção		
Caldeira	4,00%	4,00%
Chaminé	4,00%	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%	3,13%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%	3,13%
Gerção		
Painel e mesa de comando	3,57%	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,86%	2,86%
Subestação unitária	3,33%	3,33%
Transformador de força	4,00%	4,00%
Transformador de serviços auxiliares	4,00%	4,00%
Turbo gerador	4,00%	4,00%
Administração		
Equipamentos gerais	6,25%	14,29%
Veículos	14,29%	14,29%

**12. Fornecedores:**

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Companhia de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	30.222
Alstom Power & M Ltd	-	-	9.800
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	20.239	44.093	-
Petrobras	16.099	3.801	-
Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.	-	-	1.268
Custo pelo uso do sistema de transmissão	1.827	1.645	1.411
Materiais e serviços	24.971	15.877	2.757
Outros	-	1.265	2.465
Total	63.136	66.881	45.465

auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Caixa e depósitos bancários	286	151	686
Aplicações financeiras	62.049	78.846	42.549
Total	62.335	78.997	43.235

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente convertíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Aplicações diretas			
Operações compromissadas	-	15.325	-
Total de aplicações diretas	-	15.325	-
Fundos exclusivos			
CDB - Certificado de Depósito Bancário	45.690	26.269	12.191
Operações compromissadas	16.359	37.252	30.358
Total de fundos exclusivos	62.049	63.521	42.549
Total de aplicações financeiras	62.049	78.846	42.549

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e características das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Fundos de investimentos	-	10	-
Total de fundos de investimentos	-	10	-

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Fundos de investimentos exclusivos			
Títulos públicos	39.339	17.347	18.026
Cotas de fundos	21.830	59.028	8.781
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	-	273
Outros	9.147	25	1.025
Total de fundos exclusivos	70.316	76.400	28.105
Total de títulos e valores mobiliários	70.316	76.410	28.105

A Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimento superior a 90 dias, mas que não excedem um ano, e são classificados como títulos e valores mobiliários. 6. **Consumidores, concessionários e permissionários:** O saldo de consumidores, concessionários e permissionários, registrado no ativo circulante, é referente, em parte, ao resultado da liquidação financeira no âmbito da CCEE, em função de débitos ou superávits em seu balanço energético. O montante do balanço energético em 31 de dezembro de 2012 é de R\$29.862 (R\$27.967 em 2011 e R\$24.497 em 1º de janeiro de 2011), valores líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosos.

**7. Tributos a compensar:**

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Circulante	9.612	7.282	7.847
IRPJ e CSLL	3.604	3.076	2.936
PIS e COFINS	3.881	12.397	8.112
ICMS	12.397	4.960	12.397
Total	17.097	12.397	18.470

**PIS, COFINS e ICMS:** Em 2004, a reculta decorrente de venda de energia para a COELCE passou a estar sujeita às regras da não cumulatividade para fins de apuração do PIS/COFINS, conforme legislação fiscal pertinente. Assim, a partir de fevereiro de 2004, a Companhia pagou referidas contribuições à alíquota de 9,25% sobre a receita de venda de energia líquida dos créditos decorrentes dos respectivos custos operacionais. Todavia, em novembro de 2005, modificou-se novamente a legislação do PIS/COFINS, determinando que as receitas de venda de produtos e serviços originados por contratos celebrados antes do mês de outubro de 2003 e com preços determinados deviam ter a incidência de tais contribuições, segundo as regras da cumulatividade, a partir de novembro de 2003. Neste cenário, incluem-se as receitas auferidas pelas vendas de energia elétrica à COELCE. Com base nesta nova regra, a Companhia recalculou o valor de PIS/COFINS sobre as receitas geradas pelas vendas de energia a COELCE de acordo com a sistemática cumulativa, ou seja, aplicando-se a alíquota de 3,65% sobre receitas citadas, no período de fevereiro de 2004 a outubro de 2005, chegando ao valor de créditos a recuperar no montante de R\$29.570. Por afetar a base de cálculo do ICMS, estas mudanças na legislação fiscal também geraram créditos a recuperar deste tributo no montante de R\$12.397. Os créditos de PIS/COFINS foram totalmente compensados com outros tributos federais ao longo do exercício de 2006. O crédito de ICMS foi reclassificado para conta de longo prazo, pois a forma e prazo para sua utilização ainda não foram definidos pelas autoridades fiscais do ICMS no Estado do Ceará. Em setembro de 2008 a Companhia protocolou Requerimento de Restituição de ICMS pago a maior junto a Secretaria de Fazenda do Estado e aguarda resposta. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e nas decisões preliminares com as assembleias fiscais, avalia que não há dúvidas quanto à realização do referido crédito. 8. **Cauções e depósitos vinculados:** Conforme determinado pelo contrato de empréstimos e financiamentos junto ao IFC (vide Nota 14) a Companhia possui o compromisso em manter parte do seu caixa para fins de amortização da dívida em períodos semestrais. Esta aplicação está vinculada a uma operação de "time deposit"

	31/12/2012	31/12/2011
<b>21. Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	22.547	17.042
Varição MTM ativa	7.745	10.912
Outras receitas financeiras	8.722	9.152
<b>Total</b>	<b>39.014</b>	<b>37.106</b>
Despesas financeiras		
Encargos financeiros	(8.671)	(7.706)
Perda de swap	(5.656)	(5.305)
Varição MTM passiva	(13.571)	(18.266)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(142)	(204)
Outras despesas financeiras	(7.064)	(2.755)
<b>Total</b>	<b>(35.104)</b>	<b>(34.236)</b>
Variações cambiais, líquidas		
Varição cambial ativa	20.555	25.252
Varição cambial passiva	(20.323)	(32.497)
<b>Total</b>	<b>232</b>	<b>(7.245)</b>
<b>Total</b>	<b>4.142</b>	<b>(4.375)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
<b>22. Imposto de renda e contribuição social</b>		
Lucro antes do IRPJ e CSSL		
Alíquota nominal	172.302	100%
	58.583	34%
Adições permanentes		
Gratificações a administradores	183	0,31%
Doações	165	0,28%
Benefícios indiretos - IPVA	6	0,01%
Outras adições	164	0,28%
	518	254
Deduções permanentes		
Varição de exploração	(31.511)	-53,79%
Adicional do IRPJ	(24)	-0,04%
	(31.535)	(30.388)
IRPJ/CSL diferido no resultado (receita)	(3.179)	-1,85%
IRPJ/CSL corrente no resultado despesa	30.745	17,84%
Alíquota efetiva	27.566	16,00%

**23. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros. Considerações gerais:** A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivados com a premissa exclusiva de proteção aos riscos financeiros de variação cambial e de taxa de juros de suas captações realizadas em moeda estrangeira, sem nenhum caráter especulativo. Essas operações de hedge são swaps de moeda e taxas de juros. **Fatores de risco. Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia celebra contrato de swap de moeda. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 a posição líquida era de R\$14.919. O contrato de swap protege 16,46% da dívida da Companhia em relação ao risco cambial. A tabela abaixo apresenta a exposição cambial da Companhia:

	Passivo		Ativo	
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012
Dólares norte-americano	86.825	92.308	99.365	(24.521)
Empréstimos e financiamentos	86.825	92.308	99.365	(22.151)
Time deposit	-	-	-	(22.151)
Franco Suíço	-	-	9.807	-
Alstom	-	-	9.807	-

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso a variação da taxa de câmbio de 2012 fosse igual à esperada para 2013, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

	2012	Aumento/ redução em pontos base	Efeitos No resultado	Efeitos No patrimônio líquido
Dólares norte-americano	5,71%	(4,958)	(4,958)	

b) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações na taxa de juros (Libor) que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia celebra contrato de swap

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente:	Marcelo Andrés Liévenes Rebollo
Vice-Presidente:	Ana Claudia Gonçalves Rebello
	Luis Larumbe Aragón
DIRETORIA-EXECUTIVA	
Diretor Presidente de Trading e Comercialização:	Manuel Rigoberto Herrera Vargas
Diretor Técnico:	José Ignacio Pires Medeiros
Diretor de Recursos Humanos:	Raimundo Câmara Filho
Diretor de Planejamento e Controle:	Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira
Diretor de Regulação:	José Alves de Meilo Franco
Diretor Jurídico:	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor Financeiro:	Teobaldo José Cavalcante Leal
Relações com Investidores	
	Isabel Regina Barroso de Alcântara
Contador	
	Claudio Roberto de Azevedo Ferreira – CRC-RJ 078103/O-1 S-CE

de taxa de juros. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 a posição líquida era de R\$1.543. O contrato de swap reduz o risco de taxa variável a 34% da dívida da Companhia. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2012 fossem iguais às esperadas para 2013, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

	2012	Aumento/ redução em pontos base	Efeitos No resultado	Efeitos No patrimônio líquido
Passivos financeiros				
Libor	0,15%	(1)	(1)	

c) Risco de crédito: Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a solidez do principal cliente. d) Gestão do risco de capital: A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota 14, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 18).

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Dívida	140.425	154.810	162.550
Caixa e equivalentes de caixa + títulos e valores mobiliários	(132.651)	(155.407)	(71.340)
Dívida líquida (a)	7.774	(597)	91.210
Patrimônio líquido (b)	608.192	606.026	556.825
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	0,01	(0,001)	0,14

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4, 5 e 14. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. e) Risco de liquidez: A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos

**Valorização dos instrumentos financeiros:** O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	2	62.335	62.335	78.997	78.997	43.235	43.235
Títulos e valores mobiliários	2	70.316	70.316	76.410	76.410	28.105	28.105
Cauções e depósitos vinculados	-	24.521	24.521	22.151	22.151	19.375	19.375
Contas a receber	-	29.862	29.862	27.967	27.967	27.207	27.207
Contas a receber partes relacionadas	-	73.705	73.705	69.428	69.428	104.354	104.354
Passivo							
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	-	125.506	143.798	137.605	159.197	141.103	165.772
Instrumentos financeiros derivativos	-	14.919	14.919	17.205	17.205	21.448	21.448
Fornecedores	-	63.136	63.136	66.681	66.681	45.697	45.697
Fornecedores - partes relacionadas	-	54	54	55	55	-	-

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata. **Valor justo hierárquico:** Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **Contratos derivativos.** Contrato de swap: A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2012. As operações de swap são contratadas como proteção contra flutuações na taxa de juros e no câmbio, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. Detalhamento dos contratos está apresentado na Nota 14. **24. Compromissos:** A Companhia mantém os seguintes compromissos de suprimento de energia firmados junto à parte relacionada Coelce, com a qual possui um contrato exclusivo de suprimento de energia de longo prazo:

Categoria	Nível	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Reapresentado							
Reapresentado							
<b>Coelce</b>		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	
Receita bruta		733.847	733.889	755.110	789.784	826.395	
Receita líquida		543.303	531.977	546.447	571.491	597.906	

**25. Participação nos resultados:** A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2012 foi de R\$1.330 (R\$1.097 em 2011 e R\$575 em 1º de janeiro de 2011). **26. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$685.326, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$434.223 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$1.014.785. A Companhia também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$525.292 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 31 de outubro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

**Relatos de Riscos**

**Riscos Operacionais**

**Responsabilidade Civil**

**Riscos**

**De**

**Até**

**Importância da seguradora**

**Limite máximo de indenização**

**31/10/2012**

**31/10/2013**

**R\$685.326**

**N/A**

**R\$1.014.785**

**R\$525.292**

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados.

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
1º de janeiro de 2011				
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	15.733	50.803	-	66.536
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	15.682	68.656	28.113	112.451
	<b>31.415</b>	<b>119.459</b>	<b>28.113</b>	<b>178.987</b>
31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	14.185	61.128	43.558	118.871
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	13.365	59.212	27.550	100.127
	<b>27.550</b>	<b>120.340</b>	<b>43.558</b>	<b>191.448</b>
31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	16.696	73.797	9.668	100.161
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	17.498	37.119	-	54.617
	<b>34.194</b>	<b>110.916</b>	<b>9.668</b>	<b>154.778</b>

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos do Swap que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2012			
Swap Libor x Pré ( Santander)	825	758	1.583
Swap Libor x IGPM ( Citibank)	5.085	8.647	13.732
	<b>5.910</b>	<b>9.405</b>	<b>15.315</b>
31 de dezembro de 2011			
Swap Libor x Pré ( Santander)	946	1.382	2.328
Swap Libor x IGPM ( Citibank)	5.308	13.094	18.402
	<b>6.254</b>	<b>14.476</b>	<b>20.730</b>
1º de janeiro de 2011			
Swap Libor x Pré ( Santander)	1.067	1.691	2.758
Swap Libor x IGPM ( Citibank)	5.698	18.750	24.448
	<b>6.765</b>	<b>20.441</b>	<b>27.206</b>

de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Reapresentado							
Reapresentado							
<b>Coelce</b>		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	
Receita bruta		733.847	733.889	755.110	789.784	826.395	
Receita líquida		543.303	531.977	546.447	571.491	597.906	

**25. Participação nos resultados:** A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2012 foi de R\$1.330 (R\$1.097 em 2011 e R\$575 em 1º de janeiro de 2011). **26. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$685.326, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$434.223 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$1.014.785. A Companhia também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$525.292 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 31 de outubro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

Riscos	Data de vigência		Importância da seguradora	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco Operacional	31/10/2012	31/10/2013	R\$685.326	R\$1.014.785
Responsabilidade Civil	31/10/2012	31/10/2013	N/A	R\$525.292

uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Enfase. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:** Em 20 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.21, essas demonstrações financeiras foram alteradas para corrigir a classificação de determinados instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e estão sendo ora reapresentadas. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. **Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes a 1 de janeiro de 2011:** Os valores correspondentes ao balanço patrimonial levantado em 1 de janeiro de 2011 (31 de dezembro de 2010), apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 11 de março de 2013, que não contem qualquer modificação. Rio de Janeiro, 27 de março de 2013. ERNST & YOUNG TERCO - Auditores Independentes S.S. CRC - ZSP 015.199/O-6 - F - CE. Márcio F. Ostwald - Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4 - S - CE. Marcelo Felipe L. de Sá - Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0 - S - CE.